Dispensa de Licitação nº 158/2019

Processo Administrativo nº 281/2019

Unidade Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Contrato de prestação de serviços de decorações com vasos, plantas ornamentais e outros, para ambientes planejados, internos e externos do CAPS, PSF e outros – Secretária de Saúde.

Contratado: VINICIUS DE JESUS SILVA, inscrito no RG 16.648.618 31 SSP/BA e CPF nº 075.019.165-19

Endereço: Rua da Santa Efigênia, nº 12 – João Paulo II - Bom Jesus da Lapa/BA – CEP. 47.600-000.

Valor Global: R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Fundamentação Legal: Decreto 9.412/2018 em conformidade com os Incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Justificativa: A contratação se operou de modo direto, sem licitação, tendo em vista que o valor contratado é menor do que o exigido para a realização do certame. Sendo assim, a avença encontra permissivo no Decreto 9.412/2018 em conformidade com os Incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93. Ademais, a escolha do fornecedor se justifica pela oferta dos serviços, em menores preços, diante da cotação realizada.

Unidade Orçamentária: 09 — Secretaria Municipal de Saúde.
Projeto/Atividade: 2051 – Gestão das Atividades de Atenção Básica a Saúde
Projeto/Atividade: 2053 – Gestão das Atividades da Saúde Pública.
Elemento/Despesa: 3390.36.00.0002 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física.
Elemento/Despesa: 3390.36.00.0014 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física.
.

Diante do exposto, solicitamos a V. Sª a devida autorização para proceder a referida despesa.

Bom Jesus da Lapa, 23 de setembro de 2019.

_____
Marcélio Magno Magalhães Silva
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA – BA
Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 208 - Centro.
CNPJ: 14.105.183/0001-14
E-mail: licitacao@bomjesusdalapa.ba.gov.br
Tel: (77) 3481-3374

GOVERNO DE BOM JESUS DA LAPA
A FORÇA DO TRABALHO

Bom Jesus da Lapa, 25 de setembro de 2019.

À Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal.
Ilmo. Sr. Procurador jurídico municipal
Dr. Lúcio Pereira Cardoso.

Prezado Assessor Jurídico Municipal,

Solicito vista sobre a solicitação da secretaria de saúde para Contrato de prestação de serviços de decorações com vasos, plantas ornamentais e outros, para ambientes planejados, internos e externos do CAPS, PSF e outros – Secretária de Saúde. Dispensa de Licitação nº 158/2019 – Processo Administrativo nº 281/2019 – no importe de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), para que proceda à elaboração de parecer jurídico acerca da sua legalidade/viabilidade, em observância às leis n° 8.666/93, 10.520/02.

Atenciosamente,

Eures Ribeiro Pereira
Prefeito Municipal

PARECER JURÍDICO
PROCESSO ADMINISTRAÇÃO N° 281/2019

I – SITUAÇÃO FÁTICA

1 - Preliminarmente, impende salientar que a licitação é um procedimento obrigatório a ser adotado pela Administração Pública direta e indireta quanto pretenda contratar bens e serviços, por força do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal.

2 - A Lei n. 8.666/93 que regulamentou o dispositivo invocado dispõe sobre as hipóteses de dispensa, inexigibilidade, modalidades e procedimentos licitatórios.

3 – No caso sub-examine o art. 24 da Lei 8.666/93, dispõe sobre as hipóteses de incidência de Dispensa de licitação, in verbis:

> **Art. 24. É dispensável a licitação:**
> **II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;**

Observa-se que a solicitação da Secretária de Saúde, visa à Contrato de prestação de serviços de decorações com vasos, plantas ornamentais e outros, para ambientes planejados, internos e externos do CAPS, PSF e outros – Secretária de Saúde, está fundamentada no Decreto 9.412/2018 em conformidade com os Incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93. Cujo valor não supera os de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seis centos reais), limite estabelecido pela Lei 8.666/93 para a modalidade de dispensa, inciso II do mesmo preceito legal.

Deste modo, considerando a observância ao limite de valor fixado pela norma em questão, é a dispensa de licitação o procedimento adequado para efetuar a contratação até que o procedimento licitatório seja realizado.

II – CONCLUSÃO

Do exposto, no meu sentir, há estrita consonância com os preceitos legais, visto o valor da contratação ser inferior ao limite autorizado pelo inciso I do art. 24 da Lei 8.666/93.

Posto isso, objetivando cumprir os princípios da legalidade, moralidade e publicidade, opino pela Dispensa de Licitação, nos termos deste Parecer.

É o parecer,

Bom Jesus da Lapa, 24 de setembro de 2019.

Lúcio Pereira Cardoso
Procurador Jurídico

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158/2019

Acolho o Parecer Jurídico da Procuradoria do Município, tornando-o parte integrante deste ato e **RATIFICO** o presente termo para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, para autorizar a contratação do Srº VINICIUS DE JESUS SILVA, inscrito no RG 16.648.618 31 SSP/BA e CPF nº 075.019.165-19, visando à Contrato de prestação de serviços de decorações com vasos, plantas ornamentais e outros, para ambientes planejados, internos e externos do CAPS, PSF e outros – Secretária de Saúde, no Valor Global: R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), com base no Decreto 9.412/2018 em conformidade com os Incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Bom Jesus da Lapa, 25 de setembro de 2019.

EURES RIBEIRO PEREIRA
- Prefeito Municipal -

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÕES COM VASOS, PLANTAS ORNAMENTAIS E OUTROS, PARA AMBIENTES PLANEJADOS, INTERNOS E EXTERNOS DO CAPS, PSF E OUTROS – SEC. DE SAÚDE.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 281/2019

CONTRATO Nº 281/2019

Termo de Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de Bom Jesus da Lapa e o Srº VINICIUS DE JESUS SILVA, inscrito no RG 16.648.618 31 SSP/BA e CPF nº 075.019.165-19

Pelo presente instrumento, as partes, de um lado a Prefeitura do Município de Bom Jesus da Lapa, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 14. 105.183/0001-14, com sede à Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n, cidade de Bom Jesus da Lapa/BA, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Eures Ribeiro Pereira, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade R.G. nº 07.501.733-43, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 737.517.155-68, residente na Rua Presidente Médice, 137, Bairro São Gotardo, Bom Jesus da Lapa-BA, CEP.: 47.600,00, de ora em diante denominada CONTRATANTE, e o Srº VINICIUS DE JESUS SILVA, inscrito no RG 16.648.618 31 SSP/BA e CPF nº 075.019.165-19, Rua Santa Efigênia, nº 12 – João Paulo II - Bom Jesus da Lapa/BA – CEP. 47.600-000, de ora em diante denominado CONTRATADO, mediante a Dispensa e Licitação nº 158/2019, Processo Administrativo nº 281/2019, a teor do Decreto 9.412/2018 em conformidade com os Incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, para execução dos Serviços descritos na Cláusulas 1ª com as condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª – Contrato de prestação de serviços de decorações com vasos, plantas ornamentais e outros, para ambientes planejados, internos e externos do CAPS, PSF e outros – Secretária de Saúde.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA 2ª – O presente contrato vigorará de 25 de setembro de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

DO PREÇO

CLÁUSULA 3ª – O Valor Global do presente contrato é R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais),

DO PAGAMENTO.

CLÁUSULA 4ª – O pagamento será efetuado, mediante a apresentação da nota fiscal do serviço.

a) Com a nota fiscal a CONTRATADA deverá apresentar, ainda, as seguintes Certidões Negativa de Débito: Previdenciária, FGTS, Trabalhista, Receita Estadual, Municipal e Federal, Concordata e Falência.

b) Ainda, com a nota fiscal, o CONTRATADO deverá apresentar declaração de quitação de possíveis verbas trabalhistas ou a inocorrência de fato o gere.

c) Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou ponto facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

d)

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

CLÁSULA 5ª – O valor deste contrato não será reajustado, inclusive referente a data do adimplemento da obrigação e do efetivo pagamento.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA 6ª – A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2019, a saber:

Projeto/Atividade: 2051 – Gestão das Atividades de Atenção Básica a Saúde
Projeto/Atividade: 2053 – Gestão das Atividades da Saúde Pública.
Elemento/Despesa: 3390.36.00.0002 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física.
Elemento/Despesa: 3390.36.00.0014 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física.

DAS GARANTIAS

CLÁUSULA 7ª – O Contratado responsabiliza-se pela prestação dos serviços ora contratados e, também, pelo recolhimento de impostos, taxas e seguros, e, principalmente, no cumprimento dos prazos de entrega dos mesmos.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA 8ª – O atraso na execução do objeto deste contrato, por prazo superior a 72 (setenta e duas) horas, sujeitará a contratada a multa de mora, de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato sem prejuízo de outras medidas que por ventura poderão ser tomadas.
§ 1º - A multa a que alude esta cláusula não impede que a contratante aplique as outras sanções previstas na Lei 8.666/93.

§ 2º - A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar aplicação das seguintes penalidades:

I - Pela inexecução total e/ou parcial/;

a) - Advertência;
b) - Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
c) - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com prazo não superior a 04 (quatro) anos.
d) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria penalidade que aplicou a penalidade, e será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depôs de decorridos o prazo da sanção com base na letra anterior.

II - As penalidades previstas na cláusula anterior são autônomas e suas aplicações cumulativas serão regidas pelo artigo 87, parágrafo 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

III - Os valores das multas aplicadas serão devidamente atualizados financeiramente utilizando-se o índice legal, conforme legislação pertinente, até a data do recolhimento aos cofres da Prefeitura de Bom Jesus da Lapa, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua comunicação, mediante guia de recolhimento oficial.

DO CASO DE RESCISÃO

CLÁUSULA 9ª – A inexecução total ou parcial do Contrato esteja na sua rescisão observada, para tanto, à disposição da sessão V, capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

CLÁUSULA 10ª – O presente contrato está vinculado ao processo de **Dispensa nº 158/2019.**

CLÁUSULA 11ª - O presente contrato está regulado pela Lei 8.666/93, e, alterações posteriores.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA 12ª - O Contratante se obriga a fornecer todos os dados para a publicidade de forma resumida do presente contrato na Imprensa Oficial nos prazos estabelecidos em Lei;

CLÁUSULA 13ª - O Contratante se obriga neste ato a efetuar o pagamento dos serviços ora pactuados no valor e no prazo estabelecido neste contrato;

CLÁUSULA 14ª - O Contratante se obriga, neste ato, a seguir a fornecer as informações necessários para a execução do objeto;

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA 15ª – ficando comprovada culpa ou dolo na execução do contrato por parte do CONTRATADO e será de sua responsabilidade indenizar os danos causados a terceiros, independente da modalidade desta responsabilidade.

CLÁUSULA 16ª – Será da responsabilidade do CONTRATADO as ações ou omissões relativas a prestação do serviço, nas esferas administrativa, cível, penal e trabalhista, inclusive em decorrência de infrações de trânsito ou crimes regulados pelo Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA 17ª – Correrão por conta da Contratada quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência da execução do contrato.

CLÁUSULA 18ª – A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que poderão resultar da execução do contrato.

CLÁUSULA 19ª – A Contratada assume inteira responsabilidade pela prestação dos serviços objeto do contrato.

CLÁUSULA 20ª – A Contratada é obrigada manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em licitação.

DA TOLERÂNCIA

CLÁUSULA 21ª – Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste contrato, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

DO FORO

CLÁUSULA 22ª – Elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Bom Jesus da Lapa/BA, dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por assim estarem justas e Contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

BOM JESUS DA LAPA/BA, 25 de setembro de 2019.

Eures Ribeiro Pereira
Prefeito Municipal
Contratante

VINICIUS DE JESUS SILVA
RG 16.648.618 31 SSP/BA
CPF nº 075.019.165-19
Contrato

Testemunhas:

1ª_____
CPF:

2ª_____
CPF:

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158/2019
PROCESSO Nº 281/2019

O Prefeito de B J Lapa, no uso de atribuições legais, ratifica o Processo nº 281/2019, que tem como objeto a Contrato de prestação de serviços de decorações com vasos, plantas ornamentais e outros, para ambientes planejados, internos e externos do CAPS, PSF e outros – Secretária de Saúde. CONTRATADO: VINICIUS DE JESUS SILVA, inscrito no RG 16.648.618 31 SSP/BA e CPF nº 075.019.165-19, o valor global é R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), com vigência de 25/09/2019 a 31/12/2019 (Decreto 9.412/2018 em conformidade com os Incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93). B. J. Lapa, 25/09/2019. *Eures Ribeiro Pereira. Prefeito Municipal.*

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 281/2019 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa-Bahia – CONTRATADO: VINICIUS DE JESUS SILVA, inscrito no RG 16.648.618 31 SSP/BA e CPF nº 075.019.165-19 – OBJETO: Contrato de prestação de serviços de decorações com vasos, plantas ornamentais e outros, para ambientes planejados, internos e externos do CAPS, PSF e outros – Secretária de Saúde. – PRAZO: 25/09/2019 a 31/12/2019 – VALOR GLOBAL: R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais). Decreto 9.412/2018 em conformidade com os Incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93. Data da Assinatura: 25/09/2019. Eures Ribeiro Pereira - Prefeito.